



PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

PORTARIA Nº 03, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre os critérios de credenciamento no Projeto Pérola Negra 2020 - FEIRA DE SANTANA e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Abrir o prazo de credenciamento no Projeto Pérola Negra - Feira de Santana 2020.

Art. 2º - Fica aprovado o Edital de Credenciamento integrante do Anexo Único desta Portaria.

Art. 3º - Os interessados em participar do credenciamento deverão observar e cumprir o disposto na Lei Promulgada nº 270/2012, conhecida popularmente como "Lei antibaixaria".

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

EDSON FELLONI BORGES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER- SECEL



ANEXO ÚNICO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO

PARTE A - PREÂMBULO

I - Regência legal: Lei estadual nº 9.433/2005 (alterada pelas Leis estaduais nº 9.658/2005 e nº 10.697/2008), Lei Complementar nº 123/2006, normas gerais da Lei Federal nº 8.666/1993 e legislação pertinente.

II - Órgão/entidade e setor: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

III - Credenciamento de entidades civis sem fins lucrativos, que possuam pertinência do objeto social da instituição interessada com manifestações da cultura de matriz africana, nas categorias Afro, Afoxé, Bloco de Samba e Reggae, Escola de Samba e Blocos de Capoeira, para a prestação de serviços de bens imateriais, que se efetivará com o desfile durante a Micareta.

IV - Regime de execução (forma de medição e avaliação do serviço para efeito de pagamento): Empreitada por preço global, em parcela única, em condições previstas no Regulamento e Contrato, considerando as especificidades da prestação do serviço, a duração e o custo previsto para este, ressaltando sempre o interesse público, conforme as determinações da Lei Federal 8.666/1993 e Lei Estadual 9.433/2005 .

V - Prazo do credenciamento: Data: 10/02/2019 a 10/03/2019

VI - Local, data para recebimento da documentação (exclusivamente presencial):

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer
Rua Estados Unidos, 37, Kalilândia , CEP:44075-095
Telefone: (75) 3623-8500 | 3623-7634

IX - Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: Fonte: 00; Projeto/Atividade: 78.130.033.2044; Elemento de despesa: 33.90.39

X - Para a habilitação dos interessados, além do **Requerimento de Credenciamento (disponível no site www.feiradesantana.ba.gov.br), devidamente preenchido e assinado**, exigir-se-ão os documentos relativos a:

X-1. Habilitação jurídica, comprovada mediante a apresentação:

- a) certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações;
- b) cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;
- c) relação nominal atualizada da diretoria executiva da entidade, acompanhada de cópia de RG, CPF e comprovante de endereço.
- d) comprovante de endereço da entidade;
- e) comprovante de conta corrente, contendo nome da pessoa jurídica, banco, número de agência e conta.

X-2. Regularidade fiscal e trabalhista, mediante a apresentação de:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- c) certidão de regularidade para com a Fazenda do Estado da Bahia;
- d) certidão de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS;
- e) certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- f) certidão de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

X-3. Qualificação Técnica, através de:

- a) histórico da entidade;
- b) atestado do órgão municipal que comprove o efetivo desfile da entidade em circuitos oficiais nos últimos 03 (três) anos na categoria solicitada;



c) declaração fornecida pelo órgão municipal comprovando que está autorizado a desfilar na Micareta de Feira de Santana em 2019, contendo: Razão Social, CNPJ, Nome Fantasia e o número de dias.

d) descritivo do dia de desfile a ser realizado, com atração ou atrações da agremiação e repertório a ser executado;

e) descritivo do tema e informações sobre sua pertinência com as tradições de matriz africana.

f) portfólio/relatório de ações culturais comunitárias ou socioeducativas;

g) Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor, conforme o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual nº 9.433/2005, deverá ser apresentada declaração quanto ao trabalho do menor, conforme modelo constante do Anexo V deste Instrumento.

h) Declaração do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento das Comunidades Negras e Indígenas de Feira de Santana-Bahia.

XI - Contato para esclarecimentos sobre este instrumento através do e-mail: perolanegrafeira@gmail.com

XII - Âmbito geográfico deste credenciamento: É vedada a participação de entidades micaretas que não sejam registradas e domiciliadas em Feira de Santana.

XIII - Dotação orçamentária e limite de despesa para o período de vigência deste Credenciamento conforme a Portaria.

XIV - Participação de consórcios: Não poderão participar deste credenciamento pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

PARTE B - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

REGULAMENTO

1. O objeto deste credenciamento são serviços de bens imateriais sob guarda de entidades civis sem fins lucrativos, que possuam pertinência do objeto social da instituição interessada com manifestações da cultura de matriz africana, nas categorias Afro, Afoxé, Samba e Reggae, Escolas de Samba e Grupos de Capoeira, que se efetivará com o desfile durante a micareta.

2. O pagamento será efetuado após o cumprimento do objeto, ou seja a apresentação da entidade na Micareta.

2.1. Afoxé: manifestações artístico-culturais que têm origem nos espaços sagrados da religiosidade negra, os terreiros de candomblé, com música ritualística, instrumentos próprios (atabaques, agogôs e xequerês) vestimentas e danças;

2.2. Afro: manifestações artístico-culturais responsáveis pelo resgate da cultura africana que exibem, através da dança, do toque dos tambores e da indumentária, as contribuições das heranças negras para a formação da identidade brasileira;

2.3. Escolas de Samba: agremiação de cunho popular que se caracteriza pelo canto e dança do samba.

2.4. Blocos de Capoeira: pratica Capoeira, ensina e demonstra a arte Afro-brasileira da Capoeira.

ANEXO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

1. CONDIÇÕES

1.1. É inexigível a licitação, por inviabilidade de competição, quando, em razão da natureza do serviço a ser prestado e da impossibilidade prática de se estabelecer o confronto entre os interessados, no mesmo nível de igualdade, certas necessidades da Administração possam ser melhor atendidas mediante a contratação do maior número possível de prestadores de serviço, hipótese em que a Administração procederá ao credenciamento de todos os interessados que atendam às condições estabelecidas em regulamento, conforme o art. 61 da Lei Estadual nº 9.433/2005.



1.2. É assegurado o acesso a qualquer interessado que preencha as exigências estabelecidas para o credenciamento, devendo ser protocolado o requerimento, instruído com a documentação pertinente, no local definido neste edital, durante todo o prazo de vigência do credenciamento.

1.3. Somente poderão participar deste credenciamento as entidades civis sem fins lucrativos, que tenham por objeto o exercício de atividades na área cultural, caracterizado pela prestação de serviços de bens imateriais sob guarda da entidade de manifestação da cultura de matriz africana, nas categorias Afro, Afoxé, Samba e Reggae, Escola de Samba e grupo de capoeira.

1.3.1 Não serão admitidas a participação de pessoas jurídicas com os mesmos quadros de diretores, ainda que parciais, bem como parentes até o 2º grau.

1.4. O prazo de análise do requerimento de credenciamento será de até 05 (cinco) dias a contar do protocolo do pedido, prorrogável por idêntico período, mediante justificativa escrita.

1.5. Serão procedidos a novos julgamentos enquanto houver pedidos de inscrição pendentes de apreciação, incorporando-se os novos proponentes ao quadro de credenciados.

1.6. Não serão admitidos os interessados que estejam suspensos temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública ou declarados inidôneos, na forma dos incisos II e III do art. 186 da Lei Estadual nº 9.433/05.

1.7. Em consonância com o art. 200 da Lei Estadual nº 9.433/2005, fica impedida de participar deste credenciamento e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.

1.8. É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais, conforme o art. 125 da Lei Estadual nº 9.433/2005.

1.9. É defeso ao servidor público transacionar com o Estado quando participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer comércio, na forma do inc. XI do art. 176 da Lei Estadual nº 6.677/1994.

1.10. Consoante o art. 18 da Lei Estadual nº 9.433/2005, não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários os demais agentes públicos, assim definidos no art. 207 do mesmo diploma, impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal.

1.11. Não poderá participar deste credenciamento:

- a) autor do projeto, básico ou executivo;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- c) entidade indicada, neste mesmo credenciamento, como subcontratada de outra proponente, não sendo admitida em nenhuma hipótese a subcontratação.

1.12. Durante o prazo de vigência do credenciamento, os credenciados poderão ser convidados a firmar as contratações, nas oportunidades e quantidades de que o Credenciante necessitar, observadas as condições fixadas neste edital e as normas pertinentes.

1.12.1. Na hipótese da disponibilidade financeira/orçamentária não contemplar a contratação de todas as entidades habilitadas, será realizado sorteio, com a participação de todos os interessados presentes na data, local e horário estabelecidos pela Administração Pública.



1.12.2. As comunicações de data, local e horário do resultado do credenciamento para contratação serão publicadas no Diário Oficial do Município de Feira de Santana.

1.12.3. O CREDENCIADO impossibilitado de comparecer ao sorteio poderá indicar representante legal por meio de procuração a ser entregue à Administração Pública no mínimo 24 (vinte e quatro) horas antes do sorteio.

1.12.4. O representante legal poderá representar um único CREDENCIADO.

1.12.5. O CREDENCIADO poderá expressar a desistência no exato momento do sorteio.

1.12.5.1. No caso de desistência do CREDENCIADO, será procedido novo sorteio na mesma sessão.

1.12.6. Ao final do resultado de credenciamento será gerada uma Ata de Sessão Pública, a ser assinada por todos os CREDENCIADOS sorteados, pelos gestores e servidores da Administração Pública responsáveis e pelo(s) representante(s) do(s) órgão(s) de controle presente(s).

1.12.7. Na hipótese de sorteio, a assinatura do Contrato, conforme modelo do Anexo VII deste Edital, ocorrerá imediatamente ao término do sorteio e assinatura da Ata de Sessão Pública, sendo vedadas a substituição de qualquer condição de habilitação anterior, sob pena de descredenciamento.

1.13. Os serviços serão remunerados com base no valor global de R\$ 230.360,00 (duzentos e trinta mil, trezentos e sessenta reais), assim definidos: até R\$ 211.000,00 (duzentos e onze mil reais) o valor total para as entidades que irão desfilar, sendo: R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por escola de samba; R\$ 7.000,00 (sete mil reais) por bloco afro ou afoxé; e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por bloco de capoeira; R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) de premiação para campeões e vice-campeões em cada categoria, sendo R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para os campeões e R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para os vice-campeões; R\$ 1.260,00 (mil duzentos e sessenta reais) para a aquisição de troféus de campeões e vice-campeões, R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais) para outras despesas: jurados, R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais); coordenação geral, R\$ 900,00 (novecentos reais), coordenação de apuração, R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e digitador, R\$ 100,00 (cem reais). ficando expressamente vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação a tabela de remuneração adotada.

1.14. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, não se responsabilizando o Credenciante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

1.15. Não será admitida a fusão, cisão ou incorporação da contratada ainda que haja à manutenção das condições de habilitação relativas à prestação do serviço, e à demonstração, perante a Administração, da inexistência de comprometimento das condições originalmente pactuadas.

1.16. Os serviços não poderão sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados pela contratada, sob a inteira responsabilidade trabalhista, funcional e operacional desta.

1.17. O proponente deverá manter, durante todo o prazo de validade do credenciamento, todas as condições de habilitação exigidas.

2. PROCEDIMENTO

2.1. Os documentos que integrarão os autos do credenciamento deverão ser apresentados pelos proponentes no original, com cópia simples, podendo, a critério da comissão de credenciamento, proceder-se à verificação de autenticidade através da internet relativamente à documentação disponibilizada em sites oficiais, quando disponível ou solicitação da apresentação do documento original, para que possam ser autenticadas as cópias.

2.2. A representação legal do proponente para os atos do credenciamento deverá ser feita por seus sócios ou por mandatário especificamente constituído. A prova da condição de sócios far-se-á através da apresentação do documento de eleição e posse dos administradores. A prova da condição de mandatários far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público, devendo ser exibida a prova da legitimidade de quem outorgou os poderes.



2.3. Cada proponente poderá credenciar apenas um representante, ficando este adstrito a apenas uma representação.

2.4. Para a habilitação dos interessados no credenciamento, exigir-se-ão, exclusivamente, os documentos mencionados neste edital, os quais deverão estar dispostos ordenadamente, lacrados, indevassados, e também deverão estar rubricados pelo representante legal da empresa, ou por seu mandatário, devendo ser identificado no anverso a razão social da empresa.

2.5. A Comissão de credenciamento conferirá e examinará os documentos de habilitação bem como a autenticidade dos mesmos, conferindo, após, a regularidade da documentação exigida neste instrumento.

2.6. A comissão de credenciamento poderá, a qualquer tempo, verificar a autenticidade dos documentos e a veracidade das informações prestadas por atestados, certidões e declarações, bem como solicitar outros documentos que julgar necessários para a avaliação da documentação apresentada, esclarecimentos quanto aos dados apresentados e/ou informações adicionais, visando à perfeita compreensão do pleito e seu enquadramento, assinalando prazo para o interessado complementar a instrução processual, se for o caso.

2.7. Havendo necessidade da realização de inspeção local, será designada data e local, notificando-se o interessado.

2.8. A comissão de credenciamento concluirá pela aptidão ou inaptidão do interessado, mediante parecer circunstanciado individualizado por proponente, o qual será submetido à consideração do Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, que emitirá o ato de deferimento ou indeferimento do pedido, conforme o caso.

2.09. Será indeferido o pedido de credenciamento do interessado que deixar de apresentar documentação ou informação exigida, que apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital.

2.10. Serão credenciados todos os interessados que preencham os requisitos estabelecidos.

2.11. Os resultados dos julgamentos dos pedidos de credenciamento serão publicados no Diário Oficial do Município de Feira de Santana - DOFS.

3. RECURSOS

3.1. Da decisão de indeferimento do credenciamento caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis.

3.2. Só serão aceitos recursos interpostos na forma presencial, na sede da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

3.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

4. CONTRATO

4.1. Decorrido o prazo recursal ou após o julgamento dos recursos interpostos, será divulgado o resultado final do julgamento dos pedidos de credenciamento, no Diário Oficial do Município de Feira de Santana - DOFS.

4.2. O(s) proponente(s) credenciado(s) o(s) será(ão) convocado(s) a assinar o Contrato ao Credenciamento, no prazo de até 01 (hum) dia útil, sob pena de decair do direito à futura contratação e de descredenciamento, facultada a solicitação de sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

5. DA ALOCAÇÃO DA DEMANDA

5.1. O Credenciante observará, quando da alocação da demanda, as condições técnicas dos credenciados e do serviço.

5.2. A alocação da demanda será realizada de forma isonômica, sempre excluída a vontade da Administração na determinação da demanda por credenciado, observado o disposto no inciso V do art. 63 da Lei Estadual nº 9.433/2005.

5.3. Serão divulgadas listas autônomas das credenciadas, observado cada um dos diversos serviços.



6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Somente poderão executar os serviços os credenciados que estejam com sua documentação de habilitação regular.

6.2 A contratação dar-se-á de acordo com as necessidades, as metas planejadas e programadas e a disponibilidade financeira e orçamentária.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado em duas parcelas, 50% antes da Micareta e 50% depois da Micareta, após a entrega do Relatório de Execução do Serviço e comprovação de cumprimento das normas do edital e execução do serviço conforme as condições pactuadas. Do Relatório de Execução do Serviço devem constar dia e hora do desfile, quantidade de componentes e registro fotográfico do desfile, em vários ângulos.

7.2. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da contratada.

7.3. Será descontado da fatura/nota fiscal o valor correspondente às faltas ou atrasos na execução dos serviços ocorridos. Será aplicada uma multa de 10% no valor do contrato para atrasos superiores a 30 minutos. Já a entidade que não desfilar, não receberá a segunda parcela, deverá devolver os 50% recebidos antes da Micareta e não poderá se Credenciar para a Micareta do ano seguinte.

7.5. As faturas/notas fiscais far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a prestação do serviço, no mês anterior à realização dos serviços.

8. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/2005, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá à Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

8.2. O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei Estadual 9.433/2005, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade contratante, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

9. ILÍCITOS E DAS PENALIDADES

9.1. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184 e 185 da Lei estadual 9.433/2005, sujeitando-se os proponentes às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

9.2. A recusa injustificada à assinatura do Contrato ou a inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado no cumprimento do contrato, ensejarão a aplicação da pena de multa, observados os parâmetros estabelecidos nesta seção, sem prejuízo, na segunda hipótese, da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo, e a aplicação das demais sanções previstas na Lei Estadual nº 9.433/2005.

9.2.1. Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, o contratado não receberá a segunda parcela.

9.2.2. As multas previstas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

9.2.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à Contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.



9.2.4. As entidades contratadas no credenciamento deverão observar e cumprir o disposto na Lei nº 12.573 de 11 de Abril de 2012.

9.3. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/2005.

9.4. Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184 e II, III e V do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.

9.6. Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

10. DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CONTROLE DE QUALIDADE

10.1. Os credenciados contratados deverão executar os serviços com a devida diligência e observação dos padrões de qualidade exigidos no edital, cumprindo prazos e acordos de confidencialidade de dados e informações.

10.2. O órgão ou entidade contratante poderá, a seu critério, proceder à avaliação do desempenho dos credenciados, que serão dela informados.

10.3. Verificado o desempenho insatisfatório, o credenciado contratado será notificado e deverá apresentar justificativa formal no prazo de 2 (dois) dias úteis.

10.4. O desempenho insatisfatório na avaliação poderá implicar na rescisão do contrato e aplicação das penalidades.

11. RESCISÃO

11.1. A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/2005.

11.2. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do contratante nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/2005.

11.3. A rescisão do contrato implica o descredenciamento do prestador, o que poderá ocorrer ainda:

a) quando comprovado fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa do credenciado, ou que reduza a capacidade de prestação de serviço a ponto de não atender às exigências estabelecidas;

b) quando o credenciado deixar de apresentar as atualizações dos documentos solicitados;

c) quando o credenciado deixar de atender à demanda definida sem motivo justo, previamente informado.

11.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/2005, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

11.5. O prestador poderá resiliir administrativamente o contrato, de acordo com o previsto no art. 63, VIII da Lei Estadual nº 9.433/2005, desde que comunique expressamente esta intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, hipótese em que será procedido ao seu descredenciamento, desde que não haja prejuízo à conclusão dos serviços já iniciados.



12. REVOGAÇÃO - ANULAÇÃO

12.1. Este procedimento poderá ser revogado ou anulado nos termos do art. 122 da Lei Estadual nº 9.433/2005.

13. IMPUGNAÇÕES

13.1. Até 02 (dois) dias úteis do início do recebimento dos pedidos de credenciamento, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, cabendo à comissão decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis.

13.2. Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, a Administração procederá a sua retificação e republicação, com devolução dos prazos.

13.3. Em conformidade com o inciso IX do art. 63 da Lei Estadual nº 9.433/2005, qualquer usuário poderá comunicar, a qualquer tempo, a irregularidade na prestação dos serviços e/ou no faturamento.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A qualquer tempo, antes da data fixada para recebimento dos pedidos de credenciamento, poderá a comissão, se necessário, modificar este instrumento, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14.2. É facultado à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase do credenciamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

14.3. Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da comissão.

14.4. A teor do § 11 do art. 78 da Lei Estadual nº 9.433/2005, poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir proponente, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento do credenciamento, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

14.5. Ficam estabelecidos três critérios de desempate: a entidade mais antiga, considerando-se o registro CNPJ; maior nota no critério de ações culturais; sorteio.

14.6. Os casos omissos serão dirimidos pela comissão, com observância da legislação em vigor.

14.7. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Instrumento, prevalecerá o Foro da Comarca de Feira de Santana, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Feira de Santana – Bahia, 07 de fevereiro de 2020.

EDSON FELLONI BORGES
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer - SECEL